

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA DA SAÚDE COMO UM MEIO DE PROMOVER A
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS**

Miguel Pocharski Garcia

Porto Alegre, 2019.

MIGUEL POCHARSKI GARCIA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA ASSOCIADO À SAÚDE
NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado como requisito
para obtenção do grau de Licenciado
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nestor André
Kaercher

Porto Alegre, 2019.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha mãe, Elizabete Abreu Pocharski, mulher guerreira que fez com que eu pudesse estar aqui hoje, toda minha luta é para honrar a ti. Obrigado por sempre acreditar em mim, essa conquista é nossa.

Ao meu pai, Moacir Gomes Garcia, a pessoa que me ensinou os valores e virtudes que carrego comigo todos os dias. Obrigado por se sacrificar para que eu pudesse estar aqui, essa conquista é nossa.

À minha irmã, Manoela Pocharski Garcia, por me aturar nos momentos mais difíceis, por me apoiar nos meus sonhos e por vibrar comigo a cada conquista. Esse momento não seria tão feliz sem você do meu lado.

À minha companheira, Keila Fallavena, que nunca me deixou abaixar a cabeça e desistir dos meus sonhos, que luta do meu lado e me quer bem. Obrigado por toda força e confiança que me transmite. Teu afeto e amparo foram fundamentais para eu chegar até aqui.

À todas/os meus colegas da Geografia, que conviveram esses quatro anos e meio comigo, vocês me ajudam a ser uma pessoa melhor a cada dia. Sou extremamente grato por ter cruzado a minha vida às suas. Em especial ao famoso “grupo da morte” que concluiu todos os trabalhos com excelência.

Ao meu orientador e caro amigo, Nestor André Kaercher, obrigado por me inspirar a ser um professor melhor a cada dia, levarei seus ensinamentos para o resto da minha vida, acho que esse é o papel de um mestre. Também agradeço por todo tempo e paciência na concepção deste trabalho.

À professora Patrícia Souza Marchand, pessoa amiga e querida que tive a oportunidade de conviver durante dois anos e aprender conhecimentos de grande valor para minha vida profissional.

Ao TelessaúdeRS-UFRGS, projeto que me acolheu e possibilitou que eu desenvolvesse diversas habilidades ao longo da graduação. Em especial as minhas supervisoras Paola Ortiz e Michelle Szekut, por me incentivarem nos desafios da pesquisa, a Elise Botteselle, Lucas Cardoso e Renan Vallejo pela

parceria, apoio e confiança que nos renderam duas premiações, sendo uma internacional. Vocês são demais, obrigado.

À maravilhosa equipe do Laboratório de Poluição Atmosférica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, em especial a professora Cláudia Ramos Rhoden, por me permitir uma experiência única de aprendizado interdisciplinar.

À todos meus familiares que torceram e me ajudaram ao longo desse período.

À todos meus amigos e amigas que me fazem parte da minha vida, deixando-a mais feliz e harmoniosa, obrigado por estarem comigo nos momentos bons e ruins.

À todos professores e professoras que tive a honra de cruzar em minha vida, sem dúvidas carregarei uma parte de vocês em minha docência.

Ao povo brasileiro, que me oportunizou estudar em uma universidade pública, gratuita e de excelência. Trabalharei para devolver esse investimento à sociedade.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi um prazer imenso poder desfrutar deste espaço rico em diversidade, pluralidade de ideias e com professores e colegas dedicados para fazer um mundo melhor. Sou honrado de fazer parte da história desta universidade.

RESUMO

Este estudo visa evidenciar a importância das práticas pedagógicas de Geografia da Saúde nas escolas. Sugeriu-se que as atividades fossem trabalhadas por meio da disciplina de Geografia, articulando conhecimentos clássicos (climatologia, demografia, hidrografia, etc.) com as questões de saúde pública presentes no contexto social brasileiro. Porém, as práticas sugeridas podem ser realizadas em diversas etapas escolares e com disciplinas curriculares diferentes, mediante a adaptação dos professores. Para isso, buscou-se analisar como os educadores podem atuar de forma a promover a prevenção à saúde nos ambientes escolares, com intuito de viabilizar uma maior autonomia e conscientização para que os alunos possam atuar em busca de melhorias nos espaços onde vivem. Desta forma, o Ensino de Geografia da Saúde nas escolas busca educar sobre os determinantes sociais da saúde, que são os aspectos além do bem-estar físico que interferem na condição de saúde da população. Adjunto a isso, foi realizada uma entrevista com uma especialista na área de políticas educacionais, com intuito de discutir as possibilidades de interação entre a Educação e a Saúde. Neste trabalho, ficou evidenciada a importância das atividades práticas para construção de sujeitos ativos e capazes de transformar a realidade em que vivem. Outra perspectiva indica que aumentar o conhecimento dos alunos sobre o território pode promover a saúde nas escolas, pois na medida em que nos apropriamos dos espaços em que vivemos nos sentimos pertencentes ao lugar, isso aumenta nosso interesse, e conseqüentemente nossa participação, para manter esses espaços saudáveis.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Território.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de fenômenos naturais e seus efeitos sobre a saúde humana	25
Figura 2 - Carta de Risco a Movimentos de Massa e Inundações de Porto Alegre	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
AUGM	Asociación de Universidades Grupo Montivideo
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
OMS	Organização Mundial da Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
PSE	Programa Saúde na Escola
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
CNDSS	Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
SEF	Secretaria de Educação Fundamental
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CEVS	Centro Estadual de Vigilância em Saúde

SUMÁRIO

1. O QUE SERIA UM PROFESSOR SEM AS SUAS EXPERIÊNCIAS?	09
2. JUSTIFICATIVA	14
3. OBJETIVOS	15
4. O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO UM CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS ESCOLAS	16
5. OUVINDO E ME EXISTENCIANDO: UM ELEMENTO QUE CONSTITUÍ A FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO	36
6. O ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AÇÃO	44
7. CONCLUSÕES	47
8. REFERÊNCIAS	49

1. O QUE SERIA UM PROFESSOR SEM AS SUAS EXPERIÊNCIAS?

O que é identidade? Ou melhor, para que – ou para quem – serve a identidade que carregamos? Quais traços marcam a minha pessoa? O que me faz ser reconhecido e querido pelas pessoas que convivem comigo? O que eu busco nessas relações e como posso distinguir a minha identidade docente do meu ser pessoal? Na verdade, posso distinguir ou tudo faz parte de uma construção única, que molda o professor e transforma a pessoa na sua mais pura individualidade? São muitas perguntas que temos ao refletir sobre a nossa existência e como nos colocamos no mundo em que vivemos. A nossa função social e realização pessoal são indissociáveis, portanto, busco o autoconhecimento para compreender quem eu sou, o que eu faço e por que faço, por que escolho A ao invés de B, e assim por diante.

Oriundo de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, vivo há 23 anos nessa cidade. Fui estudante de escola pública durante toda a minha vida e, como muitos outros, tive uma formação precária em Geografia durante o ensino fundamental, pois geralmente os professores não eram formados na área. No ambiente familiar não havia livros e/ou incentivo à leitura – havia a esperança de ter um jogador de futebol na família –, porém, sempre fui incentivado a manter as boas notas na escola, pois meu núcleo familiar acreditava na educação como uma forma de ascensão social. Talvez seja pela carência de livros em casa, me marcou muito a primeira vez que me deparei com um atlas geográfico na casa dos meus tios, há cerca de 15 anos atrás, ainda tenho esta relíquia - “Atlas Geográfico Melhoramentos, de 1994, do Pe. Geraldo José Pauwels”.Lembro que fiquei fascinado pela quantidade de bandeiras dos países e pelas cores que os mapas traziam.

Alguns anos depois, no ensino médio, tive a oportunidade de ter aulas com professores formados na área. A diferença é muito grande, principalmente pela abordagem em Geografia Física, até então pouco estudada nos anos anteriores. No ano em que conclui o ensino médio, lembro que tinha dúvida em prestar o vestibular para o curso de história ou geologia, acabei optando por Geografia, um misto das ciências humanas e da natureza. Resumindo, não passei no vestibular e me inscrevi em um curso preparatório para tentar no ano seguinte. Antes disso não tinha certeza sobre a docência, nem mesmo se havia

me matriculado no curso certo. No ano em que estudei para o vestibular pude conviver com pessoas incríveis e que me mostraram outro lado da profissão docente. Diferente da escola, no curso me sentia vivo, pensante e pulsante. Hoje sei que a principal diferença estava em mim e não no curso. De toda forma, aquilo me motivou a exercer a docência, pois me reconheci naqueles professores, na sua forma de abordagem e no trato com as pessoas. No ano de 2015 ingressei no curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), motivo de orgulho para a família e um desafio muito grande para alguém que nunca havia imaginado ser capaz de vivenciar experiências nesse espaço, até então bem distante da minha realidade.

Como muitos outros jovens, trabalhei desde os 15 anos de idade, logo, quando entrei na Universidade – desempregado – a primeira coisa que fiz foi buscar uma forma de subsistência. Através de uma colega, consegui uma entrevista no projeto TelessaúdeRS-UFRGS do Departamento de Pós-Graduação em Epidemiologia da UFRGS. Depois de um mês fui chamado para trabalhar nesse local e isso transformou a minha vida. No início, minha relação com o projeto era puramente uma questão de subsistência, a bolsa auxílio era acima da média e foi um fator crucial para minha estabilidade financeira durante a graduação. Minha atividade era de cunho administrativo, trabalhava diretamente com as filas de espera do Sistema Único de Saúde (SUS). Com uma metodologia própria, o projeto visa reduzir o tempo e a fila de espera para consultas especializadas em Porto Alegre. O projeto tinha muitas pessoas, de vários cursos diferentes, uma equipe multiprofissional. Eis então o momento que mudou a minha trajetória, certo dia a supervisora do projeto reuniu os bolsistas da equipe e fez uma roda de conversa sobre pesquisa científica, visto que o TelessaúdeRS-UFRGS se configura em um projeto de pesquisa, foi lançado um desafio: utilizar o espaço para construir um projeto de pesquisa que vinculasse algo do nosso curso de formação com o TelessaúdeRS-UFRGS, assim poderíamos aproveitar esse tempo para desenvolver habilidades de pesquisa em nossas respectivas áreas de atuação. Através desse desafio acabei por realizar meu primeiro trabalho de pesquisa: “Os possíveis impactos da poluição atmosférica nos encaminhamentos de Pneumologia dos usuários da Atenção Primária à Saúde no Rio Grande do

Sul”, apresentado na XXIV Jornadas de Jóvenes Investigadores AUGM, no município de São Pedro/SP, em 2016. Quanto a motivação para esse trabalho eu não me recordo plenamente, mas possivelmente advêm da interação entre as disciplinas de Climatologia e Meteorologia Aplicada que cursei naquele semestre. Como não tínhamos contato com as disciplinas de ensino de Geografia, a minha relação com a docência acabou ficando adormecida por um tempo. Em 2017, no segundo semestre, tive a oportunidade de ingressar em um estágio pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, na Escola Municipal de Educação Básica Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, situada no bairro Sarandi em Porto Alegre. Para resumir, não cheguei ao final dos seis meses de estágio e me afastei ainda mais da docência. A experiência foi horrível, eu era imaturo para a educação pública e tive que assumir cinco turmas de ensino fundamental que estavam sem professor de Geografia e Filosofia. A escola se tornou um local pesado para mim, não conseguia encaixar minha proposta de ensino nas aulas, faltava conectar meus planos de aula com a realidade dos alunos, acredito que a inexperiência tenha sido o principal problema para que não desse certo.

No ano seguinte decidi retomar o foco total na pesquisa. Para mim, o ano de 2018 foi incrível, tive a oportunidade de apresentar um trabalho sobre uma doença causada pela exposição ao frio no I Simpósio de Toxicologia e Saúde Ambiental, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Rio Grande, onde fui reconhecido com menção honrosa, uma valorização ao geógrafo e ao trabalho multisetorial em um evento onde o público era majoritariamente da área da saúde. Nesse mesmo evento me aproximei de um grupo de pesquisa em poluição atmosférica, vinculado a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Como a temática despertava meu interesse, fui convidado a visitar o laboratório e participar das reuniões de equipe, uma oportunidade ímpar de aprendizado. Em uma reunião conversamos sobre os monitoramentos do ar em Porto Alegre, cujas estações estavam desativadas, uma grande falta de responsabilidade com o dinheiro público. A professora que lidera o grupo fez diversas ações para notificação e resolução desse problema junto às autoridades, bem como entrevistas para emissoras de televisão para alertar a

população e pôr em pauta esse tema. Porém, não houve preocupação por parte dos gestores públicos, mesmo este sendo um problema de saúde latente que atinge 91% da população mundial e mata uma em cada dez crianças com idade de até 5 anos, principalmente em países de média e baixa renda, como no caso do Brasil (OMS, 2018). No mesmo grupo, tive a oportunidade de expor uma ideia minha sobre a interação da poluição do ar com o ciclismo crescente nas grandes cidades, levantando questões como os impactos a saúde dessas populações e como mitigar os danos à saúde das pessoas que usam a bicicleta como meio de transporte. Essas são reflexões que me passam na cabeça sempre que ando pela cidade, seja a pé ou dentro do ônibus. Adquiri esse hábito de observar os espaços e identificar o que há por trás do que estou vendo, pensando o ambiente de forma interativa, onde os agentes físicos, químicos e biológicos estão interferindo continuamente uns nos outros.

Durante minha trajetória estive em alguns congressos, palestras, simpósios e eventos afins da área da saúde. Uma fala que me marcou profundamente como profissional e estudante de Geografia foi a de uma professora da Faculdade de Medicina da UFRGS, especializada em saúde urbana, que disse, com outras palavras, que precisávamos – na sociedade – de um profissional que “estudasse o meio urbano, econômico, social, ambiental e suas relações com a saúde pública”. Eu não me recordo precisamente das palavras, mas ela descreveu tudo aquilo que abrange o currículo do curso de graduação em Geografia, exceto por um detalhe, a associação aos problemas de saúde. Nesse momento eu senti que a Geografia da Saúde tinha muito potencial a ser explorado e campo a ser conquistado no Brasil. Esse conceito surge de uma transição do que antes era chamada Geografia Médica, que surgiu no início do século XX e se desenvolveu em torno das questões de ecologia e difusão espacial das doenças. Atualmente, o termo mais utilizado é Geografia da Saúde, que ampliou seu campo de estudos e tem por objetivo abordar as relações de saúde em diferentes escalas espaciais, integrando conhecimentos da Geografia Física (climatologia, hidrografia, etc) e da Geografia Humana (ordenamento territorial, urbanização, demografia, etc), a fim de compreender como os fenômenos naturais, socioeconômicos e culturais estão associados aos padrões de saúde e doença, bem como construir

soluções para os problemas encontrados (SANTANA, 2014). Acredito que a Geografia tenha esse potencial único, a integração com diversas áreas do saber, que cada vez mais se faz necessário para compreender a complexidade das questões que são determinantes na sociedade, incluindo os problemas de saúde que, muitas vezes, são gerados e agravados pelas ações humanas.

Outro momento marcante para mim aconteceu em 2018, quando estive no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, que aconteceu na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), na cidade do Rio de Janeiro. Por se tratar de um local de excelência em pesquisas de saúde pública no Brasil, a FIOCRUZ possui diversos pesquisadores que trabalham em equipes multisetoriais, justamente para buscar compreender as complexas demandas de saúde pública do país. Em meio ao evento tive a oportunidade de interagir com professores de saúde pública formados em Geografia, que trabalham com a relação entre território e saúde. Dessas conversas, surgiu em mim o interesse em trabalhar a conectividade desses conceitos no contexto escolar, com intuito de possibilitar que os alunos da educação básica se apropriem do território em que vivem e consigam observar a Geografia do local, e quando digo Geografia estou me referindo também à condição de saúde do território, que pode ser investigada através do conceito de *território utilizado*. Esse conceito está presente em muitas políticas públicas de saúde, pois visa ampliar a análise do espaço político administrativo, conferindo notoriedade as relações sociais cotidianas que transformam e podem gerar vulnerabilidades à saúde da população em determinados espaços de convívio social. A compreensão e o planejamento das ações de vigilância e promoção da saúde acontecem mediante o reconhecimento do território por aqueles que o utilizam (MONKEN; BARCELLOS, 2005). Portanto, conhecer o que há no território em que vivemos pode ser essencial para melhorar os espaços em que estamos inseridos, tornando-os menos poluídos, mais acessíveis para as pessoas, com opções de lazer e segurança. A escola é o lugar para promover essa reflexão sobre o local que queremos construir e viver. É nesse espaço que aprendemos o que significa viver em sociedade. Ensinar nossos alunos a respeitar e construir espaços saudáveis pode proporcionar melhorias para toda população, independentemente de classe social, raça, cor ou gênero.

2. JUSTIFICATIVA

A escola é um espaço ideal para o desenvolvimento do pensamento reflexivo, na medida em que contribui na construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo, o que infere diretamente na produção social da saúde (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a escola é um espaço social onde se desenvolvem práticas educacionais que podem estar articuladas a ações educativas em saúde (BRASIL, 2007).

A Geografia, por sua vez, tem um papel fundamental no estudo da relação entre sociedade e ambiente. É através dela que podemos compreender como se transformam os espaços em que estamos inseridos. Isso pode auxiliar na compreensão dos problemas de saúde que atingem as pessoas, na medida em que permite que a população se aproprie do território que utiliza (MONKEN; BARCELLOS, 2005). Essa constatação nos permite pensar que a Geografia e a saúde podem estar relacionadas e, portanto, podem ser estudadas de forma conjunta. Assim, o ensino de Geografia nas escolas tem o potencial de utilizar conteúdos clássicos (demografia, urbanização, climatologia, hidrografia, entre outros) para entender fatos que vivenciamos em nosso cotidiano, como enchentes, deslizamentos, poluição, saneamento básico, violência, desigualdade social, e que estão diretamente relacionados à nossa condição de saúde. A OMS ressalta que uma opinião pública esclarecida e uma cooperação ativa da parte do público são de uma importância capital para o melhoramento da saúde dos povos (OMS, 1946).

Portanto, quando pensamos no contexto escolar, fica evidente que ensinar sobre o local que os alunos vivem pode aumentar a capacidade e a autonomia para que eles participem mais ativamente das decisões que interferem na construção desse espaço, como por exemplo, na política, que é o principal agente por onde se define o que será feito nos municípios. Quando os alunos tem conhecimento sobre o que impacta na qualidade de vida da população, torna-se mais provável que eles tendam a buscar soluções que priorizem a igualdade e a equidade de condições de saúde e educação, que são pilares fundamentais para a sociedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Evidenciar a importância da articulação entre as práticas de Ensino de Geografia e as questões de Saúde no ambiente escolar.

Objetivos Específicos:

1. Discutir um entendimento de saúde baseado na educação como forma de prevenção, onde o Ensino de Geografia pode contribuir na compreensão das determinantes sociais da saúde;
2. Analisar os benefícios da relação intersetorial entre a Educação e a Saúde.
3. Propor práticas de Ensino de Geografia da Saúde que possam ser aplicadas com alunos da Educação Básica.

4. O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO UM CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS ESCOLAS

Em 2015, o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC) lançaram uma versão preliminar do Caderno de Saúde e Educação Ambiental. Este material é utilizado como suporte nas ações do Programa Saúde na Escola (PSE) e visa trabalhar com o educando sob a perspectiva do território na produção social da saúde, como espaço compartilhado de responsabilidades que inclui as escolas e as unidades de saúde. Assim sendo, o texto do caderno destaca a concepção do PSE:

As interações da vida cotidiana com os processos no território produzem mais ou menos saúde e são indissociáveis para as práticas de educação e saúde integral. Por isso, estas práticas precisam ser problematizadas de acordo com a realidade presente, considerando as necessidades atuais e das gerações futuras. Assim sendo, as atividades do PSE estão comprometidas com uma visão ampliada de educação e saúde. Isso implica entendê-las como algo produzido pessoal e coletivamente com a família, as associações comunitárias, os espaços de decisões políticas governamentais, os locais e equipamentos públicos e especialmente com as práticas do lugar onde se vive, estuda e trabalha. (BRASIL, 2015, p. 2).

Esse trecho do texto destaca a importância da realidade presente no contexto de saúde, ou seja, para a participação coletiva ser efetiva, ela precisa estar atrelada a realidade vivenciada pelos indivíduos, para que estes possam compreender a relação entre as suas ações e os impactos que elas podem gerar no ambiente e, conseqüentemente, na saúde das pessoas. Um exemplo claro disso pode ser evidenciado pelo sentimento de revolta quando vemos alguém descartando o lixo em local inadequado, como nas calçadas ou próximos a esgotos. Esse sentimento é ainda mais intenso quando a situação acontece em lugares próximos da nossa residência, local de estudo ou de trabalho, pois desperta nosso sentimento de pertencimento aquele lugar.

O conceito de *território utilizado*, exposto anteriormente, pode auxiliar na caracterização e reconhecimento dos problemas de saúde presentes em determinado local e população específica, já que, o conhecimento sobre a

situação do território pode aproximar a população dos serviços de saúde, bem como potencializar as medidas preventivas de promoção da saúde (MONKEN; BARCELLOS, 2005). A principal estratégia de promoção da saúde está explicitada pelo comprometimento do PSE com a educação em saúde. Essa ação educativa oportuniza que a população atue na identificação dos problemas de saúde, bem como em suas causas determinantes, o que aumenta a autonomia e incentiva a procura de soluções coletivas por parte dos sujeitos que compõem o território (AERTS et al., 2004).

Desta forma, abre-se uma lacuna que pode ser preenchida pela parceria entre a Geografia e a saúde. Como educar as pessoas para ter uma vida saudável? Quais meios podem ser utilizados para atingir esse objetivo? Que benefícios podem advir dessas ações?

Para compreender melhor o papel que a Geografia pode desempenhar no entendimento dos problemas de saúde que atingem as pessoas, é fundamental que saibamos quais são as principais determinantes sociais da saúde presentes em nossa sociedade:

Estes são definidos, de acordo com a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população; e incluem renda, educação, emprego, desenvolvimento infantil, cultura, gênero e condições ambientais. (BRASIL, 2015, p. 2).

Todos os fatores destacados são passíveis de serem trabalhados na escola, e muitos deles fazem parte dos componentes curriculares de algumas disciplinas. Nesse caso, o interesse social pode ser visto em uma escala local, tendo em vista as múltiplas diferenças sociais, culturais e ambientais do território brasileiro. Os direitos e deveres dos cidadãos estão atrelados às dinâmicas vivenciadas em seu cotidiano, que são peculiares de cada lugar, e que influenciam a qualidade de vida das populações. Um exemplo disso é a poluição, que pode prejudicar a todas as pessoas que dependem daquele recurso que está sendo danificado. Portanto, é dever zelar por um ambiente não poluído, na mesma medida que um espaço saudável para viver é um

direito de todos e todas. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode educar as crianças e adolescentes sobre a importância de um ambiente saudável para manutenção da vida. Isso pode vir por intermédio do próprio estudo da atmosfera e sua essencialidade para que possamos sobreviver.

Compreender e desenvolver ações a partir dos determinantes sociais da saúde empoderam os indivíduos para promover saúde. Nesse sentido, a promoção da saúde pode ser entendida como estratégia de produção do cuidado pessoal e coletivo, que busca intervir sobre aspectos relativos aos fatores que podem prejudicar a construção de uma vida saudável ou potencializar aqueles que colaboram para sua construção. (BRASIL, 2015, p. 3).

A lógica proposta é simples: quando descobrimos que algo atinge a nossa saúde, aprendemos que isso deve ser evitado. Porém, isso não basta para abandonarmos velhos hábitos, por exemplo: fumar faz mal para o pulmão, mesmo assim muitas pessoas fumam. Da mesma forma que sabemos que se exercitar faz bem para a saúde, porém muitos levam uma vida sedentária. Então, por que as agem dessa forma sabendo que isso pode prejudica-las?

Essa complexidade se deve as diferentes realidades vividas pelas populações no Brasil. A Geografia quando trabalhada em conjunto com outras ciências humanas pode ajudar a entender como a desigualdade social deixa marcas em nossas vidas. Como dica para trabalhar isso em sala de aula, recomendo a leitura do livro “O Nível: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos”, que nos ajuda a entender como são construídas as relações sociais em sociedades capitalistas e desiguais, como no caso do Brasil, e como isso está ligado aos problemas de saúde pública que enfrentamos.

A escola, por sua vez, é um espaço social que deve conversar com as demandas da sociedade. Em conjunto com o sistema de saúde, a escola atua na vida cotidiana e discute crenças, valores e hábitos de vida, de maneira a possibilitar a reflexão nas crianças e adolescentes, o que auxilia na construção de uma vida mais saudável no futuro (AERTS et al., 2004).

Nessa perspectiva, apresentarei uma situação vivenciada por mim na escola e uma possibilidade de integrarmos a Geografia na mesma atividade.

Durante a antiga 7^a série, tivemos aulas sobre orientação sexual na escola. Do pouco que me lembro a atividade consistia em aprender utilizar camisinha e em uma aula breve sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Pela minha experiência diria que no auge dos meus 12 anos a parte sobre doenças não fez sentido nenhum na minha vida, pois não era algo que eu teria maturidade para entender. A minha proposta de atividade inclui, em conjunto com a aula de orientação sexual, fazer a utilização dos conhecimentos de demografia. Através de alguns dados simples podemos promover um debate para que os alunos entendam um pouco mais da importância do que está sendo dito. Perguntas simples como: Quem tem mais filhos gasta mais ou menos dinheiro? Quanto é o salário mínimo atualmente? Qual o preço de um pacote de fraldas? (Trazer o anúncio), podem abrir espaço para diversas outras discussões. Essas discussões podem ser relevantes tanto nos anos finais do ensino fundamental como em qualquer ano do ensino médio.

Com intuito de promover essas reflexões dentro dos espaços educacionais surgem ações como as *escolas promotoras de saúde*, iniciativa vinculada a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que visa atuar para promover uma educação com enfoque em saúde, criando entornos saudáveis e provendo serviços de saúde e alimentação para a comunidade escolar. Essas ações visam um desenvolvimento humano saudável e podem aumentar a qualidade de vida e produtividade econômica da população (BRASIL, 2007). Outra perspectiva na abordagem dessa iniciativa é o foco na prevenção da saúde, que acaba por romper com o modelo de saúde vigente no Brasil, que é assistencialista, ou seja, visa prestar assistência após diagnosticar o problema de saúde (HARADA, 2003).

Desta forma, os trabalhos que promovem a saúde na escola divergem do modelo atual, pois buscam, através de uma visão interdisciplinar, ensinar sobre as relações entre o ambiente e a saúde para a população, com intuito de ajudar na prevenção de doenças. Dentro disso, podemos destacar o papel político e coletivo dos cidadãos, pois estes terão mais autonomia para reivindicar seus direitos perante o governo, como melhorar os serviços de saúde, a coleta de lixo, o saneamento básico, a distribuição de medicamentos

e vacinas, a criação de espaços de lazer, empregos, educação de qualidade, etc. Outros ganhos importantes são nos cuidados pessoais como nas relações sexuais, nos hábitos alimentares, na higiene, entre outros que podem prevenir algumas doenças.

A OPAS mantém ativa a iniciativa das escolas promotoras de saúde desde 1995, seu ano de criação. Escolas situadas em vários países da América do Sul e Caribe são contempladas com essas ações. Cada vez os países de média e baixa renda são atingidos por diversas doenças oriundas de problemas sociais e ambientais. Muitas delas vêm do descaso dos governantes com a população. Por isso, discutir sobre esses assuntos na escola pode proporcionar que os alunos pensem e discuta sobre essas questões, o que pode prover mais autonomia para que as populações locais atuem sobre os determinantes que impactam a saúde.

Um exemplo disso seria a criação de um grupo do meio ambiente na escola, para atuar com as demandas ambientais do bairro, promover atividades com a comunidade escolar como palestras, mutirões de conscientização, etc. Ao integrarmos os alunos nessas ações trabalhamos com eles a preparação para tomada de decisão, que é crucial, pois qualquer um deles pode vir a ser gestor público e ter que decidir sobre assuntos que interferem na vida de muitas pessoas. Isso passa a ser muito relevante no Brasil, pois atualmente muitas dessas decisões são tomadas visando interesses individuais, que muitas vezes diferem da maioria da população e acabam prejudicando o desenvolvimento da sociedade.

A conscientização e a capacitação para atuar nesses âmbitos pode auxiliar que as futuras gerações tenham mais clareza em suas escolhas, bem como que possa lutar por seus direitos, garantidos pela constituição que rege este país, pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 4º:

[...] trata do dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2015, p. 6).

O grande problema é que não são todas as pessoas que usufruem desses direitos. No que tange o ensino de Geografia, essas iniquidades podem ser estudadas por meio da cidade, podemos usar Porto Alegre como exemplo para questionar se todas as pessoas tem acesso a esses direitos. Como são esses direitos no bairro Moinhos de Vento? E no Rubem Berta? Será que se darão da mesma forma? Não era para ser direito de todos e todas? Qual impacto isso tem para a saúde da população? Acredito que não será muito difícil para os alunos perceberem que esses fatores sociais causam impactos diretos na saúde. E então, o que podemos fazer para melhorar tal aspecto? A partir daí propõe-se intervenções que possam melhorar algo nesses espaços.

Um passo importante para que as ações intersetoriais tenham êxito é o compartilhamento das responsabilidades sobre o uso e os deveres de cada cidadão e ente público com o território. Para tal, podemos lembrar que:

[...] o território é o espaço onde os indivíduos vivem e convivem e o processo de construção dessa responsabilidade compartilhada implica em diálogo entre os setores tanto no âmbito municipal quanto no âmbito local, uma vez que o objetivo é um olhar integral para cada pessoa. A construção desse senso de responsabilidade compartilhada pode ter como ponto de partida a construção de um olhar comum para os problemas e para as potencialidades desse território, as ações de saúde ambiental podem ser um bom tema para provocar essa reflexão conjunta dos profissionais de saúde e educação. (BRASIL, 2015, p. 3).

A cooperação entre diferentes indivíduos requer que eles reconheçam uma causa comum. No caso dos problemas de saúde, eles geralmente são os mesmos para indivíduos que vivem sob as mesmas condições sociais e ambientais. Vejamos dois exemplos: 1) populações que vivem em locais onde não há saneamento básico estão igualmente vulneráveis a serem atingidas por infecções provenientes da contaminação da água; 2) Pessoas que moram em cidades com alto tráfego de veículos estão igualmente mais suscetíveis à inalação de ar poluído. Quando esses grupos populacionais reconhecem um problema comum, as ações para promover a saúde e o bem-estar podem ser

potencializadas. Como bem fazemos na Geografia, uma saída de campo pode ser suficiente para mostrar aos alunos alguns desses problemas presentes no território em que eles vivem.

No que tange a relação entre os educadores e os alunos, podemos lembrar que:

[...] deve-se considerar que o diálogo e a sensibilização irão permitir a compreensão da interação entre a educação, o meio ambiente e a saúde, de forma crítica e inovadora, com base na construção coletiva de todos que vivem no local, oportunizando reflexões, mudanças nas atitudes e no pensar, buscando a sustentabilidade e a promoção da saúde. (BRASIL, 2015, p. 4).

Essa frase me recorda alguns professores que ensinaram com paixão, acredito que esse seja o ponto quando o texto fala em “sensibilização” para permitir a compreensão. Esse fator permite com que o aluno também absorva o censo de pertencimento ou de luta pela causa que está sendo proposta, independente se ele habita determinado local ou não. Um exemplo para tal sentimento de causa é o racismo, onde quem luta contra essa forma de discriminação o fará tanto no Rio Grande do Sul quanto em Paris.

Assim, torna-se possível o diálogo como chave para construção de um novo entendimento de saúde. Nessa perspectiva, educação em saúde significa dar condições para que a população possa atuar de maneira ativa e determinante naquilo que considera qualidade de vida.

O espaço e o território possuem um papel fundamental no entendimento dessas relações entre a saúde e os ambientes, desta forma, auxiliam no entendimento dos atuais problemas de saúde pública no Brasil (MONKEN et al., 2008). Assim, ensinar sobre saúde é uma medida preventiva que está relacionada com a qualidade de vida da população e, portanto, podem ser objeto de interesse dos professores de Geografia que tem a possibilidade de promover essas discussões com os educandos em aula.

Dentro da proposta de trabalhar o ensino da Geografia da Saúde, podemos analisar outro trecho que sugere alguns tópicos que podem ser trabalhados de forma intersetorial para promoção da saúde nas escolas:

Assim sendo, são exemplos de temas que podem ser trabalhados no âmbito da saúde ambiental, dentro da metodologia de construção de uma matriz que está sendo proposta: a) qualidade de água para consumo humano; b) desastres naturais ou tecnológicos; c) poluição do ar; d) contaminação dos solos; e) gestão dos resíduos produzidos (Lei 12.305/2010); f) ocupação e uso do solo, desmatamento e surgimento de vetores, que são elementos condutores, portadores ou transmissores doenças, e animais peçonhentos; g) permacultura e produção de alimentos saudáveis; h) Agenda 21 e Pegada Ecológica (Quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população); i) produção e consumo sustentável. (BRASIL, 2015, p. 11-12).

Como o próprio texto coloca, esses são assuntos que envolvem a saúde ambiental, portanto, o que nos interessa é saber: como podemos trabalhar esses tópicos através da Geografia da Saúde nas escolas? Discutiremos brevemente cada tópico, salientando algumas sugestões para abordar os assuntos em aula.

a) Qualidade de água para consumo humano:

Falar em hidrografia requer que falemos sobre poluição das águas. Com isso, surgem possibilidades de trazer as questões de saúde para serem discutidas com os alunos. Qual a importância da água em nossas vidas? Quais condições podem afetar esse recurso? Como fazer para manter a preservação das águas? Pois bem, nesse sentido busca-se uma reflexão sobre a água. Analisar a quantidade de água presente no corpo humano evidencia o quanto estamos atrelados a esse recurso e somos dependentes dele para sobreviver.

Dada à importância da água em nossas vidas, questionemos aos alunos o porquê são descartados lixos e resíduos tóxicos nos rios, local em que extraímos água para sobreviver e abastecer nossas residências? É reconhecido por eles que muitas pessoas bebem a água dos rios, portanto, quais males isso pode causar para a nossa saúde? Relembro o surto de toxoplasmose no município de Santa Maria, em que as causas não foram confirmadas (até hoje), mas a principal suspeita foi o abastecimento de água que teria infectado 458 pessoas, de acordo com dados divulgados pelo Centro

Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS, 2018). As orientações para prevenção foram consumir água fervida ou filtrada. Levar para as aulas reportagens e/ou boletins oficiais pode ajudar a promover a educação em saúde nesses casos. Adjunto a isso, pode-se propor uma atividade: Repórter por um dia. Nesse trabalho, após estudarmos sobre algum problema de saúde causado pelo abastecimento de água, como o surto de Toxoplasmose, os alunos sairão às ruas para entrevistar a comunidade e descobrir como eles estão sentindo o problema, qual a importância eles dão a água e quais cuidados estão tomando para prevenir o surto de doenças. Ao final dessa atividade criaremos um mini jornal que poderá circular pela comunidade escolar, contendo informações sobre prevenção de doenças, retiradas de fontes confiáveis como Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Espera-se que os alunos desenvolvam habilidades de comunicação verbal e textual, bem como aprendam mais sobre como cuidar do abastecimento de água de forma a prevenir futuros problemas de saúde.

b) Desastres naturais ou tecnológicos:

Desastres sempre representam um risco iminente à saúde da população. Para exemplificar isso podemos observar a Figura 1, que mostra como diferentes fenômenos naturais se relacionam com as condições de saúde da população.

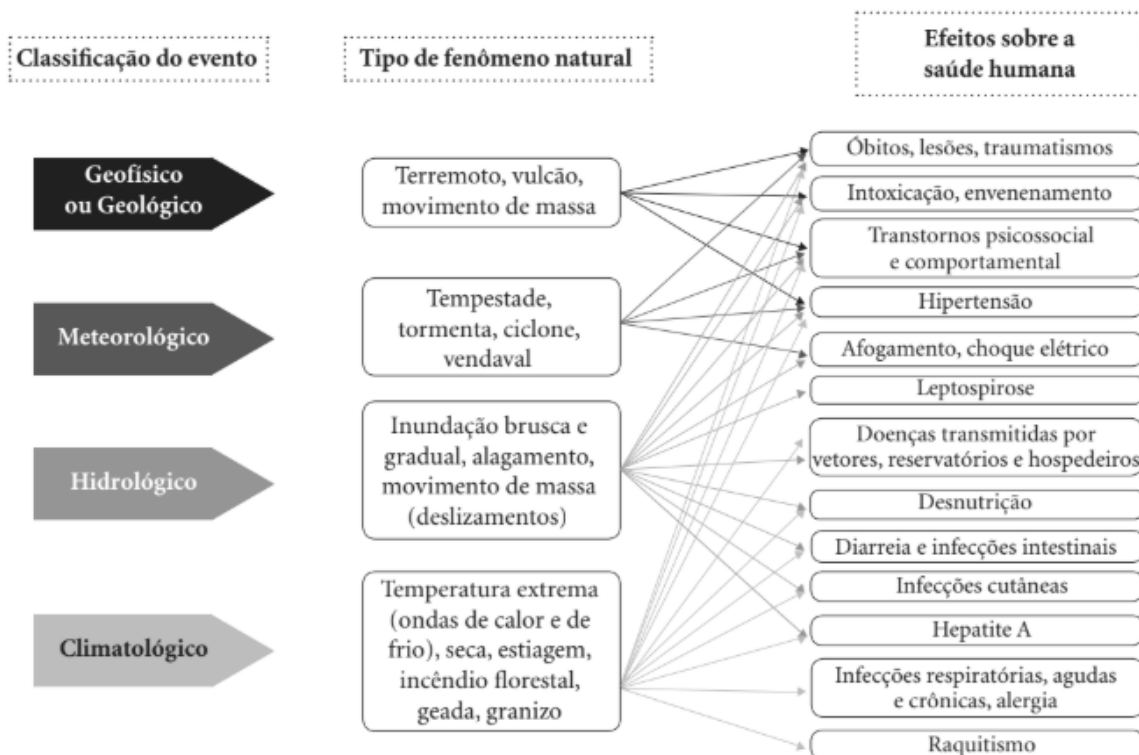


Figura 1. Tipos de fenômenos naturais e seus efeitos sobre a saúde humana. Fonte: (FREITAS et al., 2014).

Quando falamos em Geografia na escola, praticamente todos os fenômenos listados na Figura 1 são abordados em aula. Na verdade, muitos professores adoram falar sobre isso (os que eu tive no ensino médio adoravam climatologia e geologia). Porém, muitas vezes, ao estudarmos esses temas o olhar é centrado apenas nos impactos econômicos, sem menção as condições de saúde que, por sua vez, também influenciam na economia do local afetado, na medida em que as vítimas recebem algum tipo de assistência (internação, medicamentos, curativos, cuidado pessoal, etc). Nesse sentido, para ajudar os alunos a compreender as relações entre os desastres e a saúde, sugiro trabalharmos com o conceito de vulnerabilidade. Por que esse conceito?

As condições de vulnerabilidades estabelecem territórios críticos em diferentes escalas e em diferentes temporalidades, o que coloca a questão dos desastres como um problema essencialmente socioambiental, desmistificando a ideia de um evento imponderável ou apenas de origem natural. Os territórios críticos são assim as áreas reais, onde as contradições sociais apontadas como geradoras de vulnerabilidade estão estabelecidas. (FREITAS et al., 2014).

O trecho citado responde a pergunta anterior, na medida em que mostra que a vulnerabilidade está diretamente ligada ao território e, portanto pode ser espacializada. Desta forma, trazemos a discussão para o espaço geográfico. Isso nos permite mapear quais são as áreas mais suscetíveis a sofrer danos provenientes de desastres e, conseqüentemente, quais são as populações que tem sua saúde mais exposta a estes riscos. Sendo assim, como levar esse conceito de forma concreta e articulada com a saúde para as salas de aula?

Uma proposta viável é trabalhar com mapas, visando mostrar de forma mais clara as áreas que são mais atingidas, como por exemplo, na Figura 2, que mostra a distribuição de riscos de movimentos de massa e inundações em Porto Alegre. Notamos que algumas regiões tem mais ocorrência que outras. Quais as causas dessas diferenças? Quem são as pessoas mais impactadas por isso? Os mapas nos permitem visualizar como os problemas estão distribuídos no território, assim podemos demarcar a vulnerabilidade de cada população, que está atrelada às condições sociais em que elas vivem. Além disso, o mapa é um recurso didático e interativo que os alunos podem manusear e fazer comparações com diferentes escalas e tipos de fenômenos.

A partir da interpretação dos mapas, podemos construir com os alunos um mapa de vulnerabilidade do município em que a escola se situa. Para isso, podem-se selecionar alguns tipos de desastres que sejam recorrentes na região, por exemplo, em Porto Alegre poderíamos mapear as áreas vulneráveis à inundação, visto que um estudo mostrou que as principais populações afetadas por esse tipo de desastre estavam situadas nos bairros Arquipélago e Navegantes-Humaitá, em que algumas das populações mais pobres da cidade (BANCO MUNDIAL, 2019). O que torna uma população vulnerável nesses casos? Quais fatores influenciam nos riscos? Com base nestes pressupostos,

os alunos poderão realizar pesquisas e até mesmo saídas de campo, se for possível, para construir um mapa personalizado de vulnerabilidade a desastres. Para isso, podem ser disponibilizados mapas prévios de Porto Alegre e a partir do conhecimento deles sobre essas áreas serão demarcadas as zonas que possuem mais vulnerabilidade ao desastre escolhido. Nesse sentido, após a construção, os alunos poderão se questionar e descobrir se o princípio de igualdade, garantido pela constituição, se faz presente no território.

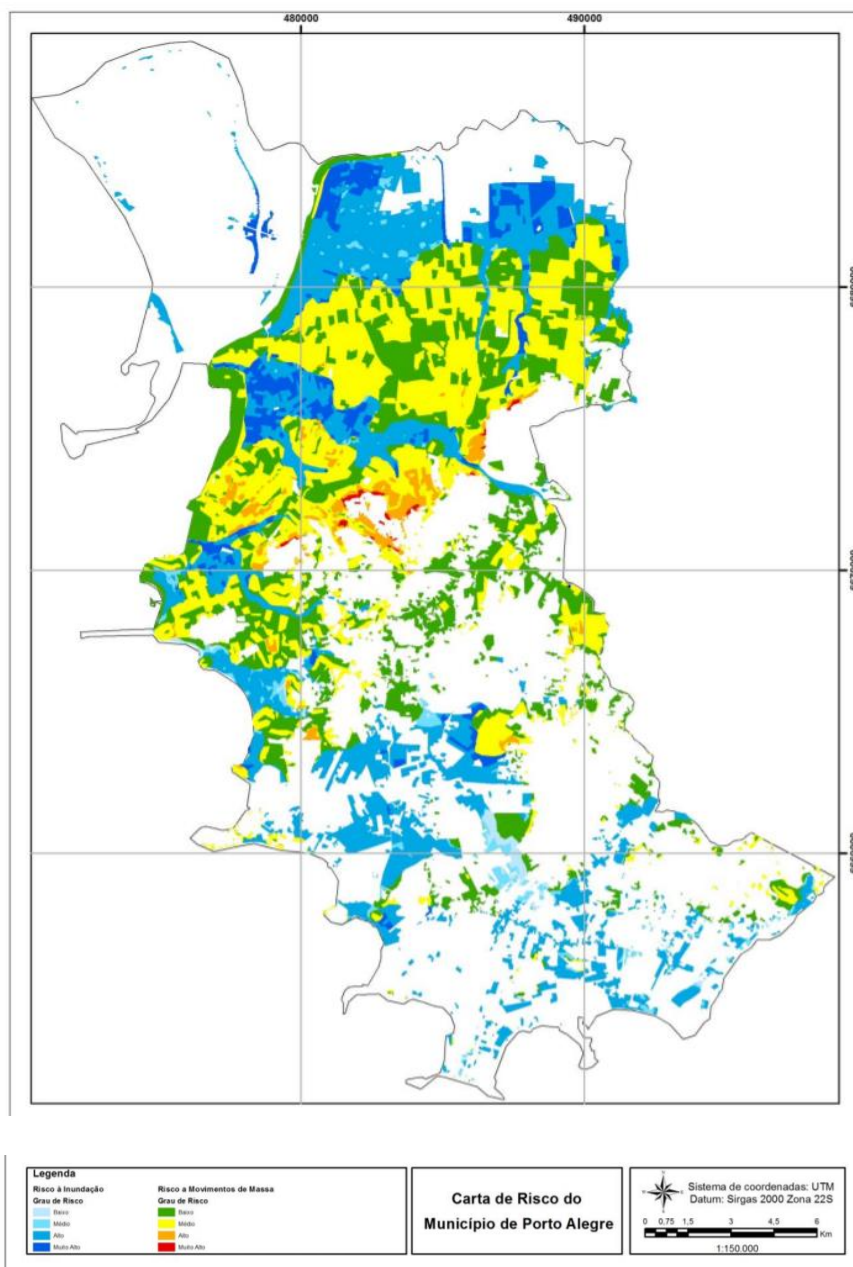


Figura 2. Carta de Risco a Movimentos de Massa e Inundações de Porto Alegre. Fonte: (LAMBERTY; KEPEL FILHO; NORONHA, 2015).

c) Poluição do ar:

O entendimento de poluição atmosférica pode ser algo bem distante dos alunos. A primeira vez que refleti sobre o assunto foi na graduação, em uma disciplina de Meteorologia Aplicada, onde a professora mostrou em gráficos a dispersão dos poluentes no ar. Mais tarde, conforme salientei em páginas anteriores, tive a oportunidade de trabalhar com esse tema em um grupo de pesquisa. Onde eu quero chegar? Pelo viés em que eu me aproximei do assunto, a climatologia/meteorologia, a compreensão do tema é mais dificultosa, pois há uma maior abstração do que é a poluição do ar. Portanto, para trabalhar com alunos em idade escolar sugiro um caminho mais próximo da realidade deles: o meio urbano. Quando falamos em urbanização e, principalmente, em problemas urbanos, abre-se um espaço enorme para inserirmos a questão da poluição atmosférica. A principal fonte de poluição do ar nas cidades são os veículos automotores. Portanto, se a sua cidade tem um grande tráfego de veículos, conseqüentemente terá uma pior qualidade do ar.

Ao levar esse tema para as salas de aula é muito importante deixar claro o que é a poluição do ar. Sugiro que os professores usem perguntas para que os alunos reconheçam isso no seu dia-a-dia. Um caminho possível – dentre tantos – seria questionar: tem alguém com problema respiratório na turma? Buscar então alguém que se declare minimamente com alguma dificuldade de respirar. Você já viajou para outros lugares? Se sim, notou algo diferente na respiração? Por que isso? Vocês já ouviram alguém falar que em alguns lugares o ar é melhor para respirar? A partir de perguntas simples, utilizando as próprias experiências dos alunos, podemos começar a construir com eles a definição do tema. Pois bem, seguindo: Vocês conhecem as causas da poluição do ar? Podemos questionar se eles já viram uma fumaça preta saindo dos carros, caminhões ou ônibus. Para onde vai aquilo? Será que pode ser inalado por nós, já que muitas vezes estamos bem perto? A partir disso podem ser mostrados dados sobre problemas de saúde causados pela poluição, bem como sobre as origens das emissões desses poluentes. Também podem ser utilizados exemplos mais distantes para contextualizar. A China é o exemplo mais conhecido, podemos encontrar facilmente reportagens que falam sobre as

causas da poluição em algumas cidades chinesas e como elas chegaram a níveis alarmantes para a saúde das pessoas. Cabem outras perguntas: Um adulto e um idoso são afetados da mesma forma? E uma criança? Em busca de trazer o exemplo para perto de nós: Qual a relação entre a poluição na China e em São Paulo? As causas são as mesmas? E em Porto Alegre? Muitas vezes mesmo distante os alunos reconhecem esses exemplos no lugar em que vivem.

Visando trabalhar de uma maneira mais dinâmica com os alunos, podemos realizar uma competição entre turmas ou em grupos divididos na mesma turma, para tentar solucionar algum problema relacionado à poluição do ar no local em que eles convivem. Os grupos receberão um desafio, por exemplo, como melhorar o tráfego de veículos na cidade. A partir disso terão duas aulas para elaborar um plano que possa contribuir com essa causa. As votações dos trabalhos vencedores podem ser feitas pelos próprios alunos e pela comunidade escolar, se for viável, podemos convidar outros professores para avaliar as ideias dos grupos. Ao final, o trabalho vencedor irá receber a oportunidade de por em prática o que havia proposto, com o auxílio de outros estudantes que se engajarem na causa. Para isso, é necessário avaliar a aplicabilidade do projeto no momento da escolha. Essa atividade permite que os alunos se engajem em algum propósito, com mais autonomia e interesse em agir. Quando vemos algo “saindo do papel” a nossa motivação costuma aumentar. O foco não é que os alunos revolucionem algo, mas sim que criem um pensamento reflexivo sobre a nossa forma de viver e os impactos que isso pode gerar no ambiente. Será mesmo que eu preciso usar o carro para isso? Esse questionamento pode se fazer mais presente em nossas vidas, pois muitas pessoas utilizam o carro para “tudo” hoje em dia, com isso deixam até de se exercitar, caminhar, observar os locais, situações que podem ser prejudiciais à saúde. Isso também pode ajudar os alunos a terem mais interesse nas atividades escolares, bem como se tornarem pessoas ativas nas escolhas do lugar em que mora, o que viria a ser um benefício para o setor de saúde na medida em que refletimos o que é melhor para nossa qualidade de vida e bem-estar.

- d) Contaminação dos solos;
- e) Gestão dos resíduos produzidos (Lei 12.305/2010):

Esses dois tópicos podem ser trabalhados de maneira conjunta. Para começar, sugiro que seja realizada uma investigação. Quando falamos a palavra “contaminação” isso nos remete a uma ação que está se dando sobre determinado recurso, nesse caso o solo. Mas quem pratica essa ação? Trata de um processo natural ou é mais uma obra humana? Pois bem, ao falarmos de contaminação dos solos é importante entender que no meio urbano e no meio rural existem distintas formas de poluição. No urbano, há muita influência dos resíduos gerados pelas indústrias e do lixo produzido pela sociedade. Já no rural, quem tem maior participação são os produtores agrícolas que utilizam agrotóxicos e podem tornar o solo improdutivo, além de contaminar os rios próximos que abastecem a população. Portanto, fica claro que a contaminação dos solos é um fator de risco para a saúde das pessoas.

Pensando na Geografia escolar, é interessante ensinar aos alunos os meios pelos quais o solo é poluído. Por exemplo, tão importante quanto estudar as fases da industrialização é entender o processo produtivo das indústrias, de onde são retiradas as matérias-primas, quem são as pessoas que trabalham e vivem no local e para onde vão seus dejetos. No caso rural, como os agrotóxicos chegam a nossas casas? Somente pelos produtos? Entender sobre a importância do solo na saúde das pessoas requer questionar: Como é produzido o alimento que chega aos mercados? Como as pessoas que dependem da plantação para sobreviver podem conviver com um solo infértil? Aqui temos um problema social bem grande, que intensifica a pobreza em algumas regiões. Muitas dessas pessoas também dependem daquela água que está chegando contaminada? Tem escolha? Logo podemos perceber que algumas pessoas são mais afetadas que outras.

Nesse sentido, me recordo de algumas saídas de campo que fiz ao longo da minha educação básica, para conhecer aterros, lixões a céu aberto e outros locais poluídos. Lá foram ministradas palestras e fizemos vistas guiadas para entender mais sobre a gestão dos resíduos. Portanto, creio que essas

atividades sejam viáveis na realidade escolar, visto que sempre estudei em escola pública.

Como atividade, podemos propor um plano de manejo e gestão dos resíduos na escola e/ou comunidade ao entorno. Ao se fazer uso da Lei 12.305/2010, está se ensinando como realizar o papel de cidadã ou cidadão por meio do ensino de Geografia, onde os alunos se colocarão como os principais agentes transformadores da realidade em que vivem. Outra ação educativa que pode ser realizada para disseminar esse conhecimento à comunidade escolar é a criação de momentos de conscientização, que podem ser exibição de trabalho, palestras, criação de materiais e formação de grupos de trabalho que mesclam alunos e funcionários.

Isso é a essência da Geografia da Saúde, quando colocamos os problemas em cheque e criamos estratégias para buscar soluções. Essa atividade pode acontecer em diferentes meios, tanto rurais, quanto urbanos. As ações irão depender das características do local em que a escola está inserida e do perfil de cada população.

- f) Ocupação e uso do solo, desmatamento e surgimento de vetores, que são elementos condutores, portadores ou transmissores de doenças, e animais peçonhentos:

O homem desenvolveu grande capacidade de apropriação e transformação do meio em que vive, utilizando o quanto o meio possa lhe oferecer, mas não desenvolveu, concomitantemente, a consciência e o conhecimento necessários a respeito das limitações desse espaço, usando-o, e muitas vezes, de forma descontrolada e desmedida. (SANTOS, 2007, p. 24).

Início com essa reflexão acerca da ocupação humana no espaço. Muitas das principais causas de problemas ambientais no Brasil se devem a isso. Paralelamente, surgem os problemas sociais e de saúde, como já vimos no tópico sobre desastres naturais ou tecnológicos. Para complementar cabe outra reflexão:

As formas como se dá a ocupação do espaço urbano ou rural no Brasil têm provocado sucessivos

e inúmeros problemas ambientais, como a degradação da cobertura vegetal, perda da biodiversidade, obstrução e alteração da rede de drenagem, transmissão de doenças por veiculação hídrica, acúmulo de lixo, contaminação de solo e água, poluição do ar, água e solo, perda de terras produtivas, desencadeamento de processos erosivos, entre tantos outros. (SANTOS, 2007, p. 24).

O que nos interessa é saber como a Geografia, em âmbito escolar, pode contribuir para prevenir problemas de saúde vinculados a essas causas. Pois bem, quando estudamos urbanização podemos identificar que a população brasileira vive, em sua maioria, alocada nos mesmos lugares: as cidades. Para ajudar a entender como a cidade e os vetores de doenças estão conectados, podemos propor uma atividade interdisciplinar entre Geografia e Biologia.

Sabe-se que as altas temperaturas facilitam a reprodução de insetos transmissores de doenças, como é o caso do mosquito *Aedes Aegypti*, que transmite doenças como Dengue, Chikungunya e Febre Amarela. Para dificultar essa reprodução temos algumas instruções: não deixar água parada e nem acumular o lixo em locais inadequados. A atividade pode ser denominada de “caça ao *Aedes*”. Cada grupo receberá um mapa do bairro da escola para mapear os possíveis focos do mosquito. A partir disso, guiados pelos professores, eles sairão em busca de encontrar os possíveis focos de insetos. Ao encontrarem os professores ajudarão a tomar as medidas cabíveis/possíveis para tornar a área segura novamente. A cada foco novo que eles encontrarem, deverá ser marcado no mapa para que possamos manter o controle das ações. Nos casos em que não for possível resolver o problema na hora, pode-se utilizar o mapeamento dos focos para notificar as autoridades responsáveis por resolver esses casos no município.

g) Permacultura e produção de alimentos saudáveis:

Primeiramente, devemos esclarecer alguns pontos sobre a permacultura.

Permacultura é um estilo de vida, e também uma técnica de planejamento ambiental com fundamentos éticos e princípios de conduta. Seu objetivo é desenvolver áreas humanas produtivas de

forma sustentável, respeitando os ciclos naturais e o equilíbrio dos biomas. (NEME, 2014, p.7).

Isso nos mostra que a permacultura visa ser uma forma alternativa de desenvolvimento sustentável, pois rompe com a lógica da produção em larga escala, que muitas vezes não segue práticas ecológicas. Nesse caso, vamos focar na produção de alimentos saudáveis.

Irei relatar a minha experiência como estudante e professor de escola pública situada no meio urbano. Um momento que me marcou foi quando plantei um pé de feijão na 1ª série, a turma acompanhou todo o crescimento da muda e cuidou para que ela fosse preservada, até o momento da colheita. O problema é que essa foi a primeira e única vez que fiz isso na escola. Como iremos alinhar a teoria à prática desta forma? Mais tarde, já no curso de Geografia, quando estagiei na Escola Municipal de Educação Básica Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizada no bairro Sarandi em Porto Alegre, havia uma horta onde os alunos produziam alimentos que seriam servidos para eles no refeitório. Essa prática reflete para mim o que é o tópico “*i) Produção e consumo sustentável*”, pois no momento em que os alunos produzem o alimento que eles irão comer, a relação de consumo é diferente, eles sabem que a produção do alimento demanda tempo e esforço, logo, a probabilidade de desperdício é menor. Isso acontece muito com as pessoas, um exemplo claro é quando cozinhamos nosso próprio alimento, a confiança aumenta, pois sabemos como foi preparado, e mesmo que o sabor não esteja tão agradável, comeremos para que nosso trabalho não tenha sido em vão.

Pensando na Geografia da Saúde, a própria palavra “saudável” está remetendo a questão de saúde. As principais preocupações que temos a respeito dos alimentos são referentes à procedência. Têm agrotóxicos? Conservantes? O manejo da carne até chegar ao nosso prato foi adequado? Refletindo sobre essas questões me vêm em mente, como falamos de agricultura na escola e não ensinamos nenhuma forma de os alunos realizarem práticas saudáveis nas suas casas? Existe alternativa? No início desse tópico foi apresentada a permacultura, que pode ser realizada em diversos ambientes e não requer tecnologias caras, ou seja, não basta só dizer aos alunos que a

maioria dos alimentos que ingerem tem agrotóxicos, que a agricultura tem inúmeros problemas e que não há políticas públicas para qualificar esse setor no Brasil, ou seja, o foco é claramente incentivar financeiramente as grandes plantações com fins de exportação, no caso, há uma priorização dos grandes produtores ao invés dos pequenos produtores, o que acaba por beneficiar poucas pessoas visto que a grande parte dos produtores rurais é de pequeno e médio porte – em referência à tecnologia e produção e quantidade de terra disponível para plantar. Todos os problemas devem ser discutidos e refletidos na escola, esse é um dos papéis dessa instituição. Porém, também devemos ensinar alternativas viáveis para incentivar esses alunos a produzirem nas suas próprias casas alimentos saudáveis. Isso pode ser um ganho enorme para a saúde das pessoas. Uma dica é desafiar os alunos a realizarem essa produção, eles podem manter registros fotográficos para apresentar o desenvolvimento de sua horta e quem sabe, depois de um tempo, trazer um desses alimentos para compartilhar com a turma e/ou com o resto da comunidade escolar. Assim, se em alguma dessas famílias se mantiver essa prática, que ajuda a economizar e também a ter uma saúde melhor, já estaremos cumprindo nosso papel social como educadores. Essa atividade também conversa com o tópico “*h) Agenda 21 e Pegada Ecológica (Quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população)*”, visto que as hortas urbanas estimulam a conservação de recursos naturais como a água e o solo (CASTELO BRANCO; DE ALCANTARA, 2011).

Nos tópicos trabalhados acima, ficou clara a importância dos alunos saírem para rua, conversarem com a comunidade, interagirem com o território ao qual está inserido, isso promove a saúde.

Não basta formular ideias para a construção de um novo ideário comportamental humano, é necessário também um estudo aplicativo dessas ideias para que se concretize uma real solução dos problemas ambientais. A sociedade não necessita apenas de consciência, ela precisa também de práticas que ajudem a solucionar os diversos problemas do mundo. (KONDRAT; MACIEL, 2013, p. 826).

Não precisamos de uma prova escrita para avaliar os conhecimentos – decorados – dos alunos, a aprendizagem por meio da prática pode dizer muito mais sobre as potencialidades que cada um deles pode desenvolver na vida escolar. O Ensino de Geografia da Saúde tem muito potencial para contribuir nesse sentido, pois pode ser o elo entre o meio ambiente e a sociedade, ou seja, é uma possibilidade para que esses alunos vinculem a teoria à prática, mostrando de forma concreta a importância daquilo que estão estudando.

Entender a Geografia como uma ciência que, ao tratar o espaço geográfico, concebe-o na sua construção interativa entre natureza e sociedade. Nesse sentido, ao abordarmos a natureza consideramos a sua dinâmica e, quando da articulação desta com a organização da sociedade, questionamos quais as consequências desta interação, em relação à natureza e/ou sociedade. (CASTROGIOVANNI, 2016, p. 14).

Esse trecho destaca uma valiosa contribuição que a Geografia pode dar nas discussões sobre saúde nos espaços escolares: o questionamento sobre as consequências das ações humanas sobre a natureza. Destaco aqui o tripé que pode ajudar a dar luz aos problemas de saúde, de forma articulada ao ensino de Geografia no ambiente escolar: beleza, perguntação e imaginação (KAERCHER; BOHRER, 2019). A perguntação, para questionarmos quais são as causas dos problemas a serem enfrentados. A beleza para manter a chama da esperança acesa, mesmo quando as soluções parecerem não estar ao nosso alcance. E a imaginação, pois é através dela que podemos ir além das possibilidades palpáveis, é nela que surgem as melhores ideias e as soluções.

5. OUVINDO E ME EXISTENCIANDO: UM ELEMENTO QUE CONSTITUÍ A FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO

Com o objetivo de realçar a importância das ações integradas entre a Educação e a Saúde, entrevistou-se a Prof^a. Dr^a. Clarice Salete Traversini, professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação na Linha de Pesquisa Estudos Culturais em Educação. Durante os anos de 2014 e 2015, foi diretora de Currículo e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Neste período, foi supervisora geral do Caderno de Saúde e Educação Ambiental (2015), documento muito utilizado ao longo deste trabalho e que faz parte dos materiais disponíveis como base para ações do Programa de Saúde na Escola. Para relatar como foi esta entrevista seguiremos a seguinte organização: primeiro teremos as perguntas e respostas e, ao final, os comentários.

1. Como se deu a elaboração do Caderno de Saúde e Educação Ambiental?

“Quando assumi a diretoria no setor de currículos e educação integral, o Programa de Saúde na Escola era um programa em que teve muitas disputas entre as áreas da saúde e da educação. Esse foi um caderno entre vários outros que fizemos com o Serviço Social em função de se ter uma perspectiva do trabalho de saúde na escola em que não deveria só trazer as questões de saúde como um elemento externo à escola, mas que elas fossem trabalhadas planejadamente junto com as atividades da escola, sem ser um elemento pontual, que se tratasse a saúde somente como o cuidado da doença, por exemplo, só na época de vacinas ou se uma criança tem algum problema de saúde tu trás o Programa de Saúde na Escola. A perspectiva era trabalhar a saúde preventivamente, como um elemento que constitui o sujeito. Esse caderno teve como foco ser um material que pudesse sustentar o Programa Mais Educação, que era o programa de educação integral que se tinha em um grande volume de escolas. A ideia era trabalhar algo

além do currículo regular, na perspectiva de saúde como constituinte do sujeito, que é a ideia de saúde da Organização Mundial da Saúde, nesse período, a ideia era trabalhar de forma interministerial, que o Programa Mais Educação já tinha, ou seja, era o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde trabalhando de forma intersetorial.”

Nessa questão a professora demonstrou que a intenção do Caderno de Saúde e Educação Ambiental era de trabalhar com o conceito de saúde proposto pela OMS, que define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, ou seja, a ideia era romper com a ideia de que escola e a saúde são elementos separados, realizando atividades que aproximem os dois estabelecimentos da comunidade, quando ela diz que “não deveria só trazer as questões de saúde como um elemento externo à escola”, justamente é para reforçar que a saúde pode ser promovida dentro das escolas também. Nesse sentido posso citar um exemplo cada vez mais comum na sociedade, os problemas ligados a saúde mental que vem afetando muitos adolescentes e jovens em idade escolar no Brasil. A minha irmã foi um desses milhares de casos, a escola era um lugar extremamente “sufocante” para ela, não havia diálogo com a coordenação e professores, eles consideravam uma “besteira” ou “coisa de adolescente”, mesmo o caso tendo chegado a tentativa de suicídio. Esse tipo de postura escolar que se exime das responsabilidades sobre a vida das pessoas é o contrário da visão da perspectiva defendida pela OMS e que a professora se refere quando fala em “saúde como constituinte do sujeito”, ou seja, a saúde é algo intrínseco do ser, portanto a escola pode sim ser um alicerce para promover a saúde.

2. Como foram formuladas as propostas de oficinas para trabalhar a saúde nas escolas?

“Havia um conjunto de pessoas que formavam grupos de trabalho representativos das áreas da educação e da saúde. Então se montavam as oficinas nesses grupos e depois se desenvolviam pilotos, aonde

geralmente os escolhidos vinham dos grupos que já tinham um serviço mais consolidado, que já trabalhavam com essa área de saúde na escola. As oficinas então eram realizadas, primeiro com os próprios colegas e depois com os alunos do Programa Mais Educação. Também se tinha um momento em Brasília, onde os grupos de trabalho se reuniam para validar essas oficinas, era um processo bem bacana por que ressalta a importância desse processo participativo que praticamente foi exterminado nesse momento atual. Os grupos de trabalho traziam representações regionais, para que tivéssemos diferentes perspectivas, por exemplo, como é na Amazônia com os Ribeirinhos, como é que é num lugar que tu tem muitas populações indígenas e num centro urbano como São Paulo ou Rio de Janeiro, então tínhamos diferentes culturas nesses locais. Assim, as oficinas eram discutidas e validadas, nunca permaneciam no molde inicial, dada essa diversidade cultural, de pessoas, da sazonalidade das doenças que temos no Brasil. Portanto, para atuar preventivamente tu precisa considerar uma série de coisas, em 2014, nos dois momentos que participei tinha esse caráter. Em 2015, não houve tanta participação, pois não tínhamos mais recursos financeiros para trazer os grupos de trabalho para discutir em Brasília.”

Sobre a elaboração das atividades de saúde a serem trabalhadas nas escolas, o destaque principal que foi dado é na questão da participação das pessoas, através de grupos de trabalho de diferentes locais do país. Nesse sentido, podemos lembrar que a OMS coloca que a opinião pública esclarecida e uma cooperação ativa da parte do público são fundamentais para o melhor a saúde dos povos. Mas por que isso? Quando a professora diz que “os grupos de trabalho traziam representações regionais, para que tivéssemos diferentes perspectivas”, ressalta a importância de ouvirmos o outro, ainda mais em um país como o Brasil. Eu não sei como é a vida de um baiano, nunca fui até a Bahia, quando muito, fui até a região Sudeste. Como que eu vou propor uma ação abrangente, que seja próxima da realidade dessas pessoas? Por isso é necessário que a educação seja participativa, somente assim poderemos entender as necessidades da população. Nesse sentido, uma fala

que converge bastante é “para atuar preventivamente tu precisa considerar uma série de coisas”, o Ensino de Geografia pode nos ajudar a conhecer coisas importantes como as sazonalidades da natureza e os hábitos culturais das populações de diferentes lugares. Um exemplo disso é o caso de populações que não permitem o uso de camisinha nas relações sexuais, esse fato pode aumentar muito a propagação de infecções sexualmente transmissíveis. Sobre a sazonalidade das doenças, por exemplo, empiricamente conhecemos casos comuns no Rio Grande do Sul, como os problemas respiratórios (rinite, bronquite, etc) que nos afetam mais no inverno e também os ciclos virais de gripe, como os vírus Influenza A e B, também comuns dessa estação. Ensinar sobre esses problemas quando falamos em demografia ou climatologia pode ajudar na conscientização e prevenção das doenças. Assim, como foi mencionado na entrevista, podemos melhorar nossa atuação preventiva nas escolas.

3. Qual a importância de conceitos geográficos como o território na concepção desse trabalho?

“A concepção do trabalho se dava a partir de conceitos. O território era um dos conceitos importantíssimos na área das humanas, não só da Geografia, ele abarcava uma série de elementos, por que justamente ali tu tens uma identificação do sujeito de pertencimento daquele território. Ele poder reconhecer o que havia nesse território que pudesse contribuir para o bem-estar, a saúde, a coletividade, a nossa preocupação era fazer o sujeito se sentir pertencente aquele lugar e reconhecer o que existe ali que pode nos ajudar. Mais do que para o sujeito, isso é algo novo para a escola também, porque ela é uma instituição muito fechada em si mesma, de uma maneira geral. Então, ao se fazer um processo intersetorial, se fazia com que a escola pudesse reconhecer outros estabelecimentos públicos que se tinha no território, e que poderia contribuir para a educação, para a saúde, para cultura ou uma série de outras coisas. Nossa preocupação na educação era essa, conhecer para

poder pertencer e ver como aquilo faz parte da gente, e não como aqueles processos que é só escovação, flúor, vacina, isso sempre foi um desafio que enfrentamos, pela visão diferente que se tinha em relação à concepção de saúde e educação. Para trabalhar com o território tinha que saber que é algo coletivo, que está todo mundo inserido, como um meio comum. A própria noção de comum é complicada. A escola em muitas partes se colocava como um espaço independente, o que a afastava da saúde. Mas nas oficinas pilotos, onde esse processo era planejado, ele tinha muito potencial para o desenvolvimento das aprendizagens, principalmente no sujeito pertencente à escola. Na verdade, a escola é o lugar dele. Havia disputa para definir o que era de incumbência da saúde e da educação, isso dificultava algumas ações.”

O conceito de território é um dos mais utilizados na área de saúde coletiva, justamente pelo que a professora destacou “por que justamente ali tu tens uma identificação do sujeito de pertencimento daquele território”. Pensamos em nossas casas, se alguém quebrar um vidro da nossa janela ou pichar o nosso muro, o sentimento que teremos vai ser de revolta, quem dirá se atirarem lixo para dentro do nosso pátio – “Ôxe! De onde já se viu! –, isso acontece por que aquele espaço pertence a nós, portanto o cuidamos. Esse pertencimento é trazido pelo conceito de território, um espaço em que vivemos e ajudamos a transformar. Porém, a professora também adverte “*a própria noção de comum é complicada*”, isso indica que para o território ser algo pertencente as pessoas, devemos trabalhar uma relação de causa e efeito, no caso a saúde pode ser um grande alicerce para isso, visto que vimos anteriormente os diversos impactos que o ambiente pode gerar na saúde. O território é um lugar com significado, como uma casa. Trabalhar em cima do território, pode ajudar a ganharmos apreço pelo local, isso faz com que tenhamos mais cuidado com ele. Também é relatado outro problema, a escola não tem o costume de se comunicar com o que há fora dos muros dela, pelo contrário, geralmente vemos as escolas cada vez mais cercadas, praticamente uma fortaleza impenetrável. Acredito ser papel dos professores promover essa abertura, e isso é bom para a comunidade se sentir abraçada pela escola, ter confiança e lutar pelas mesmas causas. Além das questões diretas em saúde, outros

fatores como a luta salarial dos professores podem ser incorporados pela população ao redor. Para isso, a escola tem que se permitir um pouco mais. Nos tempos atuais a autoestima escolar está muito baixa, devido a tanta precarização. Mas nós, professores, podemos iniciar algumas mudanças nisso, aliás, autoestima também faz parte da nossa saúde.

4. Havia algum tipo de capacitação para os professores atuarem nesses projetos?

“Não se chegou nesse ponto, porque o ponto que se chegou era de um acordo interministerial, que vinculasse a unidade básica de saúde e a escola para tentar pensar em conjunto com os outros equipamentos públicos que havia ali, nós chegamos até isso. Essa era outra etapa, em que se pensava em vincular a questão dos professores a programas maiores para poder fazer essas articulações. Mas não se chegou nem perto disso. Em 2015 acabaram alguns pactos que haviam sido firmados e com os investimentos reduzidos as ideias foram chegando ao fim. Depois disso eu não sei como ficou. Se o Programa de Saúde na Escola ainda existe ele está sob o controle da saúde. Essas ideias de intersectorialidade foram chegando ao fim.”

Os professores estão presentes em grande parte das ações que são realizadas pela escola. Demonstrou-se que havia interesse em capacitar esses profissionais para que atuassem nesses programas, porém a dúvida é: como? Fica clara a importância de programas que proponha atividades a serem realizadas na envolvendo escola e saúde. Mas também, a fala “Mas não se chegou nem perto disso” evidencia um traço marcante no Brasil: a descontinuidade das políticas públicas. O atual momento que vivemos no país exemplifica bem isso, que não é de hoje, mas no governo Bolsonaro ficou muito mais claro o desejo de rompimento com o que vinha sendo feito anteriormente no Brasil. Em qualquer área do setor público essas rupturas causam prejuízos que vão além da ideologia. Muitos programas acabam se tornando um desperdício de dinheiro público, pois terminam antes de serem

postos em prática. Alguns bons programas, importantes para o desenvolvimento da sociedade, como no caso do Programa de Saúde na Escola e o Programa Mais Educação. Pensando no Ensino de Geografia, perde-se espaço para integrar práticas abrangentes, que conversem de Norte a Sul e façam os alunos entenderem mais as peculiaridades do Brasil.

5. Como você imagina ser a inserção dos alunos nessa visão intersetorial?

“Para mim o ideal é trabalhar isso desde a educação infantil, pois nesse momento tu tens um único professor regente e então fica mais fácil fazer projetos com todas as áreas. As ações se potencializam por conta de ter um professor, mesmo não estando vinculado a esse projeto, havia ações interdisciplinares maravilhosas sendo feitas na educação infantil. Nos anos iniciais também, por que daí você vai para conhecer esses equipamentos públicos, você vai até lá, traz essas pessoas para trabalhar junto, aprende o que tem lá, você planeja essas ações, quer dizer, você acaba fazendo com que as próprias crianças percam o medo de ir ao posto de saúde. Isso faz com que elas não enxerguem o posto de saúde como um lugar de doente, e sim como um equipamento para se usufruir e gerar mais benefícios públicos e coletivos. Então, quando se começa desde a educação infantil, é muito provável que ao chegar aos anos finais do ensino médio, os alunos já tenham essa perspectiva desenvolvida, dado esse contato mais próximo a partir dessa visão. Tem o cuidado, tem a doença, mas também tem uma série de ações de saúde.”

A nossa saúde está muito vinculada aos nossos hábitos, por isso falamos em determinantes sociais da saúde. Nessa questão a professora nos justifica a importância de trabalhar desde cedo as práticas interdisciplinares: “Isso faz com que elas não enxerguem o posto de saúde como um lugar de doente, e sim como um equipamento para se usufruir e gerar mais benefícios públicos e coletivos”, logo tem uma tentativa de mudar a forma como enxergamos algo, busca-se uma mudança epistêmica. Esse conhecimento faz

com que tenhamos uma relação de pertencimento com o território, conhecendo o espaço e ajudando a preservá-lo. Nesse sentido, ainda é reforçado na resposta que ao trabalhar a conscientização sobre o espaço desde o início da educação básica, abrem-se possibilidades para que no futuro essas pessoas sejam mais envolvidas e preocupadas com o lugar em que se vive, já que aprenderão isso desde cedo. No Brasil estamos vivendo um período negacionista, ou seja, mesmo com os problemas sendo visíveis no dia-a-dia, muitas pessoas tendem a dizer que eles não existem. Isso é muito problemático, pois ao negarmos a existência de um problema, também estaremos nos afastando da solução, visto que o governo não precisaria destinar recursos financeiros para buscar soluções. Enfim, quem perde somos todos nós. Quanto mais cidadãos engajados para resolver os problemas nós tivermos, maiores serão as chances de esse cenário negacionista, que foge dos problemas, não se repetir no futuro.

6. O ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AÇÃO

A atividade sugerida consiste na elaboração de um mapa da situação de saúde do território em que se situa a escola. O tempo de duração dessa atividade pode variar. Em uma primeira situação, se o professor (a) já está trabalhando a Geografia da Saúde nas aulas será necessário menos tempo, pois os alunos terão maior compreensão sobre a proposta. Em segundo caso, se os alunos não tiverem tido contato com a Geografia da Saúde, serão necessários mais encontros para a imersão da turma nesses temas. Neste caso, algumas práticas de Ensino de Geografia associadas à saúde foram sugeridas ao longo deste trabalho.

Pois bem, estima-se que para a elaboração do mapa sejam necessários cinco encontros. Se for necessário apresentar a temática para a turma, acrescenta-se de duas a três semanas para que tenhamos um conhecimento prévio adequado para a prática. No processo de elaboração do mapa teremos quatro fases: 1) Encontro para definição da logística do trabalho; 2) Saída de campo para coletar os dados; 3) Criação participativa do mapa em aula e; 4) Análise e proposições de solução para os problemas encontrados.

a) Local e grupo de estudo:

O território mapeado pelos alunos pode ser o bairro em que se situa a escola escolhida. A área do bairro estará de acordo com o estabelecido pela Prefeitura Municipal. Essa delimitação territorial permitirá trabalhar noções de escala – bairro, município, estado, etc. –, além de oportunizar uma maior aproximação dos alunos/escola com a comunidade/realidade local.

A atividade é indicada para turmas de ensino médio. Acredita-se que nessa etapa de ensino os alunos possuam conhecimentos prévios suficientes para compreensão das dinâmicas socioambientais atuantes no território, tais como saberes-fazer que adquirem com a experiência de vivenciar os espaços, por exemplo, o meu caso, somente no ensino médio que pude “expandir meus horizontes”, quando adquiri liberdade para sair e trabalhar em outras localidades. Isso me ensinou a ver o mundo de outra forma, através de minhas próprias experiências. Outro fator importante é que no ensino médio

temos as divisões por disciplinas e/ou áreas do conhecimento, o que pode ajudar os alunos a sistematizarem uma série de conhecimentos e aplica-los na práxis, o que por sua vez é o objetivo principal dessa atividade, colocar os alunos como sujeitos atuantes no território.

b) Atividade pedagógica:

A atividade propõe abordar os processos de saúde-doença por meio da disciplina de Geografia. O enfoque será em avaliar os fatores de risco e agravos à saúde humana, condicionados por fatores socioambientais, e que atingem diretamente a qualidade de vida da população.

No primeiro encontro será exposta a proposta de atividade, que visa criar um mapa de saúde do território em que se situa a escola, bem como explicar detalhadamente para os alunos o que deve ser feito. Para isso, será distribuída uma lista de possíveis itens a serem mapeados, como: pontos de referência (escola, praças, campos, parques, igrejas, etc.); pontos da rede de saúde (unidade de saúde, centros de reabilitação, centro de atenção psicossocial, hospitais, farmácias credenciadas pelo SUS, etc.) e; determinantes sociais da saúde (área de produção agrícola, feiras ecológicas, área de difícil acesso, risco à poluição (especificar qual), deficiência de saneamento básico, falta de água potável, área suscetível a deslizamentos, focos de Aedes, risco de inundação e enxurradas, seca, etc.). Os alunos serão instruídos a trazerem a lista no próximo encontro, podendo ser complementada com outros pontos que considerarem relevantes para construção do mapa de saúde do território.

A saída de campo ocorrerá no segundo encontro. Para este momento, pretende-se explorar o bairro – arredores da escola – fazendo anotações para elaboração do mapa. Antes de deixarmos a escola, dividiremos a turma em grupos de 4-5 alunos, e cada grupo receberá em folha A3 um mapa do bairro, com a rota a ser percorrida, para fins de anotação. Cada grupo será responsável por mapear uma zona do bairro, que estará especificada no mapa em folha A3. A ideia é mapear os pontos relevantes para situação de saúde do bairro. Entretanto, um ponto crucial da saída, consiste em uma visita pré-

agendada na unidade básica de saúde, que atende a população residente no perímetro da escola. Esta unidade é responsável por monitorar a situação de saúde desta área, portanto será essencial para os alunos estabelecer um contato prévio com a unidade de saúde, e se possível, ouvi-los antes da construção do mapa. A saída será finalizada na volta à escola. Os mapas com as anotações dos grupos serão recolhidas e entregues no próximo encontro para a construção do mapa participativo em aula.

O terceiro e quarto encontro irão marcar a construção do mapa de saúde do território. Para isso, será exposto um mapa do bairro, em folha A3, onde cada grupo irá marcar os pontos relevantes que coletaram sobre o território. Para iniciar a atividade, o mapa será exposto perante toda turma, após isso, um grupo de cada vez irá se direcionar até o mapa e marcar ponto por ponto, mediante justificativa, para possibilitar uma discussão sobre as suas escolhas. Para demarcação serão disponibilizados post-its coloridos, com intuito de diferenciar as marcações em três categorias: pontos de referência; pontos da rede de saúde e; fatores sociais e ambientais. Após a finalização desta etapa, o mapa será recolhido e o resultado será exposto no quinto encontro.

No último encontro, será exposto o mapa de saúde do território em formato digital e impresso, criado a partir das informações coletadas pelos alunos, com por ícones personalizados para cada marcação dos alunos. O resultado será analisado e discutido com a turma. Por fim, será entregue um breve questionário para que os alunos avaliem como foi a experiência desta atividade, bem como um espaço para que proponham soluções de melhorias para os problemas identificados. Essa etapa poderá ser feita em grupo. Ao final do encontro, serão recolhidos os questionários e o mapa. Para os alunos que tiverem interesse o mapa poderá ser encaminhado posteriormente, via e-mail.

7. CONCLUSÕES

Esse trabalho buscou realçar a importância do Ensino de Geografia abordar questões de saúde nas salas de aula. Isso não é algo que acontece em nossas escolas, basta lembrar-se dos anos que estudamos na educação básica ou até mesmo olhar para a Base Comum Curricular, no âmbito da disciplina de Geografia, a palavra saúde não aparece em nenhum momento. Sabemos que é importante, pois então, por que não se faz?

A resposta pode estar em outro ponto que o trabalho revela: não somos ensinados a pôr o conhecimento em prática na escola. Ao lembrar o exemplo do pé de feijão (p.33), ficou claro para mim que não pratiquei os conhecimentos na escola, acredito que isso seja recorrente para a maioria dos meus leitores. A cada apagar de quadro e troca de caderno no fim de ano, o conteúdo também partia. Mas então, o que fica da escola? Para mim, ficaram os conhecimentos em que eu fui o sujeito ativo, ou seja, nos trabalhos que apresentei, nos lugares em que percorri e nas relações que eu criei. Através de marcas o conhecimento fica marcado e possivelmente esses aprendizados que irão lapidar o tipo de docente que seremos nas escolas. A docência é parte da minha existência, docenciando me existencio.

Logo podemos compreender que não se propõem práticas de ensino por que não fomos acostumados a ter isso quando alunos. A Geografia da Saúde está muito ligada ao território, ao espaço vivido pelas pessoas, pois é nele que se manifestam as determinantes sociais da saúde. Portanto, esses conhecimentos requerem que os alunos “enxerguem” e “sintam” os espaços, é necessária a prática para o aprendizado ser relevante. Na maioria das atividades sugeridas os alunos eram postos como sujeitos ativos no território, isso faz que eles criem além de uma conscientização, uma postura de agentes na sociedade. É difícil imaginar que jovens que não se acostumam a intervir e participar das decisões em sociedade queira se importar com isso quando forem adultos. Talvez esse seja um mal das nossas gerações, vivemos reclamando da falta de consciência das pessoas, mas o que mais poderíamos esperar de pessoas que não foram ensinadas a participar de decisões

coletivas? Relembro o que diz a OMS: uma opinião pública esclarecida é de importância capital para a saúde dos povos.

O que podemos concluir disso é que o Ensino de Geografia da Saúde nas escolas não é importante só para ensinar o básico, que dias quentes e água parada é criadouro de mosquito Aedes ou que a maioria das hortaliças encontradas nos mercados tem agrotóxicos. O Ensino de Geografia pode servir para construir cidadãos que praticam o conhecimento, que mudam sua forma de agir e pensar através das ações que realizam nos espaços educacionais. O mais importante é que essas ações saiam das escolas e se espalhem pelo mundo a fora, a final não é para isso que se educamos os alunos?

Nesse trabalho a proposta é que sejam pensadas novas formas de atuar em sala de aula, através da prática e da relação entre o Ensino de Geografia e a Saúde. Por outro lado, o trabalho não propõe deixar os conteúdos tradicionais afastados, pelo contrário, é por meio destes que podemos chegar até as relações que constituem a Geografia da Saúde. É importante aproximar os alunos da realidade em que vivem. Também, fazê-los observar e pensar sobre os espaços que frequentam, além de dar voz e suporte para que possam agir e propor coisas novas, eles são os principais agentes nesse processo. A prevenção da saúde está atrelada a autonomia dos sujeitos, assim estes passarão a enxergar os estabelecimentos públicos como pertencentes à suas vidas. Ao mudarmos a forma de pensar nossas práticas, abrimos brechas para que a sociedade repense outras questões, afinal não se faz uma sociedade sem escola, bem como não se faz escola sem sociedade.

8. REFERÊNCIAS

AERTS, Denise et al. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 1020-1028, 2004.

BRASIL. Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2007. 304 p. – (Série Promoção da Saúde; n. 6).

_____. Caderno de Saúde e Educação Ambiental. Brasília: **Ministério da Saúde; Ministério da Educação**, 2015. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-saude-na-escola>.

_____. Programa Saúde na Escola. Brasília: **Ministério da Saúde; Ministério da Educação**, 2008. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/passo_a_passo_pse.pdf.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: **MEC/SEF**, 1998. 174p.

_____. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: **Senado Federal**, 1998. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

CASTELO BRANCO, M.; DE ALCÂNTARA, Flávia A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. **Embrapa Arroz e Feijão- Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2011.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Ensino de Geografia: caminhos e encantos. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, 2016.

CENTRO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (CEVS). Toxoplasmose: Confirmados 458 casos em Santa Maria. 2018. Disponível em:

<https://www.cevs.rs.gov.br/toxoplasmose-confirmados-485-casos-em-santa-maria>.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3645-3656, 2014.

HARADA, J. Escola promotora de saúde. Introdução. In: **Sociedade Brasileira de Pediatria**. Brasília: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2003.

KAERCHER, Nestor André; BOHRER, Marcos. O menino irreflexivo e a demissão subjetiva da docência: razão e emoção para manter viva a chama do aprender a ensinar geografia com nossos alunos. Rondônia: **Revista Presença Geográfica**, v. 5, n. 2, p. 111-121, 2019.

KONDRAT, Hebert; MACIEL, Maria Delourdes. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 825-846, 2013.

LAMBERTY, Débora; KEPEL FILHO, José Luiz; NORONHA, Fábio de Lima. Carta de risco a movimentos de massa e inundação do município de Porto Alegre, RS: uma abordagem preliminar a partir dos dados de suscetibilidade e vulnerabilidade. **15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental**, 2015.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 898-906, 2005.

MONKEN, Maurício et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, Monken M, organizadores. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 23-41, 2008.

NEME, Fernando José Passarelli. Permacultura Urbana. **São Paulo: se**, 2014.

SANTOS, DOS Rosely Ferreira. (ORG.). Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?. Brasília: **Ministério do Meio Ambiente**, 2007.

SANTANA, Paula. Introdução à geografia da saúde: território, saúde e bem-estar. **Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press**, 2014.

THE WORLD BANK. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-resilience-living-with-floods-study-porto-alegre>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>.

_____. World Health Statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf>.